

Lei Ordinária nº 1715/2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMAPUÃ - MS EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCELO PIMENTEL DUAILIBI, Prefeito do Município de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Camapuã aprovou e eu sancionei a seguinte lei:

Publicada em 29 de dezembro de 2010

Art. 1º.

O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Camapuã - MS, para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em igual valor de R\$ 27.147.800,00 (Vinte sete milhões cento quarenta sete mil e oitocentos reais) líquido, já deduzido a contribuição dos 20% para o FUNDEB, descriminados pelos anexos integrantes desta lei.

Art. 2º. A receita decorrerá da arrecadação dos tributos e outras receitas correntes e de capital na forma da legislação vigente e das especificações constantes dos anexos desta lei, de acordo com o seguinte desdobramento:

1 - RECEITAS DE TODAS AS FONTES DEDUZIDAS AS CONTAS REDUTORAS

RECEITA CORRENTE	R\$ 2	6.587.800,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	R\$	2.761.800,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	R\$	1.159.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	R\$	358.000,00

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	R\$	21.543.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	R\$	765.500,00
RECEITA DE CAPITAL	R\$	51.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	R\$	50.000,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	R\$	1.000,00
RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIA	R\$	509.000,00
RECEITAS CORRENTES - INTRA ORC.	R\$	507.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES - INT	R\$	2.000,00
TOTAL	R\$	27.147.800,00

Art. 3º.

A Despesa total do Município de R\$ 27.147.800,00 (Vinte sete milhões cento e quarenta e sete mil e oitocentos reais) em valores líquidos, compõe-se do Orçamento Fiscal no valor de R\$ 17.925.800,00 e do Orçamento da Seguridade Social no valor de R\$ 9.222.000,00.

Parágrafo único. - A Despesa será realizada de acordo com as especificações constantes dos quadros que integram esta lei, observando o seguinte desdobramento:

I - DESPESAS POR CATEGORIA ECONOMICA.

DESPESAS CORRENTES	R\$	25.322.800,00
DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.549.000,00

RESERVA DO RPPS	R\$	76.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	200.000,00
TOTAL		27.147.000,00

II - DESPESA POR FUNÇÃO;

01	LEGISLATIVA	R\$	1.300.000,00
02	JUDICIÁRIA	R\$	117.000,00
04	ADMINISTRAÇÃO	R\$	3.301.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	2.025.000,00
09	PREVIDÊNCIASOCIAL	R\$	1.197.000,00
10	SAÚDE	R\$	6.000.000,00
12	EDUCAÇÃO	R\$	7.108.500,00
13	CULTURA	R\$	109.000,00
15	URBANISMO	R\$	3.798.300,00
16	HABITAÇÃO	R\$	100.000,00
17	SANEAMENTO	R\$	30.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	R\$	16.000,00
20	AGRICULTURA	R\$	314.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	1.000,00

25 ENERGIA	R\$	335.000,00
26 TRANSPORTE	R\$	225.000,00
27 DESPORTO E LAZER	R\$	96.000,00
28 ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	875.000,00
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	200.000,00
TOTAL	R\$	27.147.800,00

III - DESPESA POR PODERES DO MUNICICÍPIO

A) PODER LEGISLATIVO		1.300.000,00
1 - CÃMARA MUNICIPAL	RS	1.300.000,00
B) PODER EXECUTIVO.		25.847.800,00
01 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$	14.247.800,00
02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	R\$	6.000.000,00
03 - FUNDEB	R\$	3.300.000,00
04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	651.000,00
05 - FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL	R\$	283.500,00
06 - FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	R\$	16.000,00

07 - FUNDO MUNICIPAL HABITÇÃO DE INTERESSE SOCIAL		R\$	100.000,00
08 - FUNDO ESPECIAL DE SUCUMBÊNCIA		R\$	17.000,00
09 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNIC.	CAMAPUÃ	R\$	1.191.000,00
10 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO	ADOLESCENTE	R\$	41.500,00
TOTAL		R\$	27.147.800,00

Art. 4º.

Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a;

I – Abrir Créditos Suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da Despesa fixada nesta lei, utilizando como recursos compensatórios as fontes referidas no Artigo 43 da Lei Federal 4320/64, extensiva ao Poder Legislativo.

II - Realizar operações de crédito por antecipação da receita, conforme permissão contida no parágrafo 8º
do Artigo 165 e dentro dos limites estabelecidos no inciso II do Artigo 167 ambos da Constituição Federal.

Parágrafo Único: Fica autorizado e não será computada para efeito do limite do inciso I deste Artigo.

a) premanejamento de dotações dentro da mesma Secretaria e Fundos através de Decreto nos termos do Artigo 167 inciso VI da Constituição Federal, limitado ao Crédito autorizado para a respectiva unidade.

b) A abertura de Créditos Adicionais para a adequação da Previsão Orçamentária para o Legislativo face ao limite Constitucional e adequação da despesa com os recursos oriundos de Convênios e dos Fundos limitados aos recursos efetivamente arrecadados.

Artigo 5º - Fica autorizado a inclusão de novos elementos de despesas nos respectivos programa aprovados nesta Lei mediante Decreto do Executivo.

Parágrafo Único: A inclusão de novos elementos não altera os valores dos créditos autorizados.

Artigo 6º - Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2011, revogados as disposições em contrário.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, Camapuã - MS, 29 de Dezembro de 2010.

Marcelo Pimentel Duailibi

Prefeito Municipal